

### MESA DIRETORA

#### FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

**FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**GERSON CHAGAS**  
2º VICE-PRESIDENTE

**FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA**  
3º VICE-PRESIDENTE

**JALSER RENIER PADILHA**  
1º SECRETÁRIO

**REMÍDIO MONAI MONTESSE**  
2º SECRETÁRIO

**ERCI DE MORAES**  
CORREGEDOR GERAL

**MARCELO CABRAL**  
3º SECRETÁRIO

**NALDO DA LOTERIA**  
4º SECRETÁRIO

**GEORGE MELO**  
OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Ionilson Sampaio  
Deputado Flamarion Portela  
Deputado Jalser Renier  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Chicão da Silveira  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Brito Bezerra

#### Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Remídio Monai

#### Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz  
Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Célio Wanderley  
Deputado Remídio Monai  
Deputado Gabriel Picanço

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley  
Deputado Brito Bezerra  
Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Flamarion Portela  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Ivo Som

#### Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Ivo Som  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Jânio Xingú  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Soldado Sampaio

#### Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputada Ângela Águia Portella  
Deputado Brito Bezerra  
Deputado Marcelo Cabral

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú  
Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Jalser Renier  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Coronel Chagas

#### Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Ionilson Sampaio  
Deputada Ângela Águia Portella  
Deputado Joaquim Ruiz  
*Suplentes:*  
1º - Deputado George Melo  
2º - Deputado Célio Wanderley

#### Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Chicão da Silveira

#### Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra  
Deputado Jalser Renier  
Deputado George Melo  
Deputado Jean Frank  
Deputado Ivo Som

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela  
Deputado Remídio Monai  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputado Marcelo Natanael  
Deputada Ângela Águia Portella

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águia Portella  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Jânio Xingú  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Dhiego Coelho

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado George Melo  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Flamarion Portela

#### Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Ivo Som  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputado Remídio Monai

## SUMÁRIO

**Atos Administrativos**

Extrato de Contrato do Processo nº 0.056/ALE/13 2

Resoluções de Afastamentos nº 582 e 583/2013 2

**Atos Legislativos**

Projeto de Lei nº 050/2013 2

Projeto de Lei nº 056/2013 3

Ata da 2234ª Sessão Ordinária - Íntegra 3

Ata da 2235ª Sessão Ordinária - Íntegra 6

Ata da 2238ª Sessão Ordinária - Íntegra 7

## EXPEDIENTE

**GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL**Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR  
Telefone: (95) 3623-6665ELÂNDIA GOMES ARAÚJO  
Gerente de Documentação GeralVICTOR TAVARES PIRO  
Diagramação

## MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

**ATOS ADMINISTRATIVOS****DA PRESIDÊNCIA: EXTRATO DE CONTRATOS****EXTRATO DE CONTRATO**

PROCESSO Nº : 0.056/ALE/2013

MODALIDADE – DISPENSA DE LICITAÇÃO – Art. 24, Inc. X, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

LOCATÁRIA: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

CNPJ: 34.808.220/0001-68

LOCADOR: PABLO ROCHA GUEDELHA

CPF: 520.556.202-15

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01001.010310012011/339036-101

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores

DATA DA ASSINATURA: 01/10/2013

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

VALOR MENSAL: R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais)

PELA LOCATÁRIA: FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

LOCADOR: PABLO ROCHA GUEDELHA

Boa Vista-RR, 07 de outubro de 2013.

Aias Viana Bento

Superintendente Administrativo

**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS****RESOLUÇÃO Nº 582/2013**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**1º **TORNAR SEM EFEITO** a Resolução nº 452/2013, publicada no Diário da Assembleia, Edição nº 1638, de 16/08/2013.2º **ALTERAR** o período, destino e curso, constantes da Resolução nº 425/2013, publicada no Diário da Assembleia nº 1627, de01/08/2013, referente ao deslocamento da servidora **GISELMA SALETE TONELLI P. DE SOUZA**, Matrícula 009939.3º **AUTORIZAR** o deslocamento da servidora supracitada para viajar com destino a cidade de Fortaleza-CE, no período de 22.10 a 26.10.2013, com a finalidade de participar do Curso de Sistema de Custos Aplicado ao Setor Público (SICSP) de acordo com a nova NBC T 16.11 publicada pelo Conselho Federal de Contabilidade, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 04 de outubro de 2013

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO****Presidente****Deputado JALSER RENIER PADILHA****1º Secretário****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****RESOLUÇÃO Nº 583/2013**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE****AUTORIZAR** o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**, para viajar com destino a cidade de Brasília-DF, no período de 07.10 a 10.10.2013, com a finalidade de visitar a Câmara dos Deputados, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 07 de outubro de 2013

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO****Presidente****Deputado JALSER RENIER PADILHA****1º Secretário****Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO****3º Secretário****ATOS LEGISLATIVOS****PROJETODELEI****GABINETE DO DEPUTADO GABRIEL PICANÇO****PROJETO DE LEI Nº 050/13.****“DISPÕE SOBRE OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS QUE COMPRAM MATERIAIS DE METAL USADOS PARA REVENDA”.****O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:**

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica Os estabelecimentos comerciais que compram materiais de metais usados para revenda como fios, arames, peças, tubos, tampos e outros do gênero, em aço, cobre, alumínio, zinco, ferro ou outro tipo de material, ficam obrigados a manter em seu poder, devidamente atualizado, cadastro com os dados pessoais e residenciais das pessoas físicas ou jurídicas das quais foram efetuadas as compras.**Art. 2º** Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior deverão apresentar o cadastro à fiscalização da Secretária da Fazenda do Estado, ou à autoridade policial, sempre que solicitado.**Art. 3º** Os estabelecimentos comerciais a que se refere o artigo 1º terão o prazo de 90 (noventa) dias para se adaptarem ao que dispõe esta lei, contados da data de sua publicação.**Parágrafo único:** E descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator às penalidades previstas no artigo 56, da Lei Federal 8.078, de 11 de Setembro de 1990.**Art. 5º** O poder executivo poderá regulamentar a presente lei.**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 01 de Agosto de 2013.

**GABRIEL PICANÇO**

Deputado Estadual

**JUSTIFICATIVA:**

É sabido que a pratica antiga de roubo de cabos e fios de transmissão elétrica e telefônica continua crescendo assustadoramente, cujas empresas vivem um grande drama e suportam enormes prejuízos na manutenção das redes.

São fios e cabos de cobre e alumínio que estão na mira de pequenas mas bem organizadas quadrilhas, que atuam não só em nosso

Estado como em outros, o que é notório.

Esse material, à evidência objeto de furto, é revendido para proprietários de ferros-velhos ou outro tipo de estabelecimento que comercializa metais usados.

Com essa proposição, pretendemos tornar obrigatório o uso de cadastro, devidamente atualizado, por parte dos estabelecimentos comerciais que compram e vendem esse tipo de produto, com a finalidade de as autoridades policiais e fiscais possam obter subsídios para controle e investigação dos furtos continuados.

Não é pretensão de esta lei inibir o comércio, mas sim encontrar meios para coibir tais ações criminosas, que muito nos preocupa.

Enquanto as atenções das polícias, civil e militar, estão voltadas para os crimes de assaltos a mão armada, roubo de telefones celulares e outros, essa prática de crime cresce em todo o Estado.

São furtos de cabos de transmissão de energia elétrica e telefônica, as mais das vezes até tampos de bueiros, vasos de cobres de cemitérios e tantos outros chamados de “pequenos furtos”, que incomodam a população causando prejuízos financeiros e sociais, como a falta de energia causada pelo furto de cabos, que acabam por danificar a transmissão.

Por essas razões, conto com o parecer favorável de meus nobres pares na aprovação desde projeto, por ser de grande relevância social.

Sala das Sessões, 01 de Agosto de 2013.

**GABRIEL PICANÇO**

Deputado Estadual

**GABINETE DO DEPUTADO JALSER RENIER**  
**PROJETO DE LEI Nº 056/2013**

**Instituiu o Dia do Auditor Fiscal de Tributos Estaduais no Estado de Roraima.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA**, faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Instituiu o Dia do Auditor Fiscal de Tributos Estaduais da Secretaria de Fazenda do Estado de Roraima.

**Parágrafo único.** O dia do Auditor Fiscal de Tributos Estaduais será comemorado em 21 de Setembro.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

**JALSER RENIER**

Deputado Estadual

**JUSTIFICATIVA**

O Dia do Auditor Fiscal Estadual, comemorado em 21 de setembro, possivelmente não se sobressaía para o público como os dias criados pelo marketing - das mães, dos pais, o da criança e tantos outros, porque não envolve uma relação de consumo, logo, não movimentam o comércio.

Diferente disso, o Dia do Auditor Fiscal Estadual tem uma conotação diferente, dada a importância desse profissional para o funcionamento do Estado, como bem define a Constituição Federal de 1988. O auditor fiscal é um servidor de Carreira típica de Estado, responsável pela administração tributária do País, embora na maioria das vezes seja considerado de forma dissociada de sua função.

Ao responder pela administração tributária, o auditor fiscal se compromete com o cumprimento das metas de recolhimento tributário, cujos resultados vão ser aplicados nas políticas e nos planos governamentais voltados para o bem-estar da sociedade. Em outras palavras, o desempenho do auditor fiscal vai possibilitar que o Estado cumpra sua parte estabelecida na Constituição, referente à saúde e à educação da sociedade.

A tarefa do auditor fiscal é complexa, porque envolve o enfrentamento de vários aspectos que dificultam a respectiva administração, como por exemplo, o combate à corrupção e à sonegação fiscal, entre outros. Portanto, por trás de notícias como “a arrecadação tributária bateu recorde” está o resultado do empenho do auditor fiscal, em suas várias frentes.

É nessa perspectiva que o Dia do Auditor Fiscal Estadual deve ser comemorado e que esse profissional deve ser reconhecido e respeitado em seu exercício.

**ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA**

**ATA DA 2234ª SESSÃO EM 03 DE SETEMBRO DE 2013.**

**46º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA**

**ORDINÁRIA**

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA**

Às nove horas do dia três de setembro de dois mil e treze,

no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima trigésima quarta Sessão Ordinária do quadragésimo sexto período legislativo da Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Convido os Senhores Deputados George Melo e Brito Bezerra para atuarem como Primeiro e Segundo Secretário ad hoc respectivamente.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário (George Melo) – Senhor Presidente, há quorum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Brito Bezerra) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (George Melo) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

**RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:**

Mensagem Governamental nº 046/13, de 28/08/13, do Governador do Estado de Roraima, encaminhando o Projeto de Lei que institui o auxílio-alimentação, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para os servidores de carreira da Polícia Civil do Estado de Roraima;

Mensagem Governamental nº 047/13, de 29/08/13, do Governador do Estado de Roraima, encaminhando o Projeto de Lei que “Cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado de Roraima – CEDDP/LGBT e, dá outras providências”;

Mensagem Governamental nº 048/13, de 02/09/13, do Governador do Estado de Roraima, indicando para ocupar o cargo de Defensor Público-Geral, da Defensoria Pública do Estado de Roraima, o nome de Stélio Dener de Souza Cruz.

**RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:**

Memorando nº 173/13, de 29/08/13, do Deputado Jalser Renier, justificando suas ausências nas sessões plenárias nos dias 27, 28 e 29 de agosto de 2013;

Projeto de Lei s/n/13, sem data, do Deputado Jalser Renier, instituindo o Dia do Auditor Fiscal de Tributos Estaduais no Estado de Roraima;

Memorando nº 092/13, 29/08/13, do Deputado Mecias de Jesus, justificando suas ausências nas sessões plenárias nos dias 27, 28 e 29 de agosto de 2013;

Ofício nº 015/13, de 29/08/13, do Deputado Célio Rodrigues Wanderley, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 29/08/13;

Ofício nº 043/13, de 29/08/13, do Deputado Jean Frank, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 27/08/13;

Memorando nº 019/13, de 29/08/13, do Deputado Remídio Monai Montessi, justificando sua ausência na sessão plenária do corrente dia.

**RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS:**

Ofício Circular nº 030/13, de 02/09/13, do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, encaminhando, para conhecimento, cópia do expediente informando que a empresa Mecânica Quatro Eixos LTDA-ME encontra-se proibida de participar de licitações públicas e celebrar contratos com o Poder Público, pelo período de 5 (cinco) anos, conforme Decisão anexa ao Ofício nº 132/2013.

**RECEBIDO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA:**

Ofício nº 104/13, de 30/08/13, do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, encaminhando o Projeto de Lei Complementar e a exposição de motivos do novo Código de Organização Judiciária do Estado de Roraima, para conhecimento e providências.

**EXTERNOS:**

Comunicado nº AL126701/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Ofício nº 204/13, de 28/08/13, do Departamento de Assistência Farmacêutica – DAF, apresentando o pedido de reconsideração, em virtude da ausência na Audiência Pública realizada no dia 22/08/13, por motivo de viagem a trabalho ao interior do Estado;

Ofício Circular nº 572/13, de 19/08/13, do Senado Federal, encaminhando a cartilha “Lei de Acesso à Informação no Brasil” e a primeira edição da revista “Saberes”, publicações elaboradas, por este Instituto, no âmbito do Programa Interlegis;

Carta s/n/13, sem data, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, encaminhando material com informações sobre as prioridades e os projetos do Direcionamento Estratégico da Assembleia para o biênio 2013/2015, além de um pequeno balanço dos resultados já obtidos por meio desse trabalho.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente Deputado Chico Guerra – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado (Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, há quatro oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado Ivo Som – Bom dia Senhor Presidente, Bom dia a Mesa Diretora desta Casa, senhoras e senhores Deputados, é um prazer mais uma vez estarmos aqui nesta Casa e queremos desejar a todos mais um feliz dia de trabalho, Agradecer a imprensa de um modo em geral, senhoras e senhores, amigos da imprensa, funcionários desta Casa, meus amigos e minhas amigas sejam bem vindos mais uma vez à Casa do povo. Queria falar da CPI, pois, na semana passada estivemos no Amazonas onde participamos ativamente das Sessões Plenária daquele Poder e gostaria de agradecer ao Presidente daquela Casa o Excelentíssimo Deputado Josué Neto, ao Vice-Presidente Belarmino Lins, aos Deputados da Comissão da CPI da Telefonia, Deputada Conceição, Deputado Abdala Fraxe, Deputado Chico Preto, Deputado Sidney Leite, Deputado Vera Castelo Branco e a todos os Deputados daquele Poder. O que precisamos entender é que cada vez mais a telefonia no Brasil está um caos. E, para aqueles que pensam que vou me calar e parar, queria dizer que não vão conseguir. Gostaria por motivo de respeito, agradecer a todas as pessoas que aqui estão comandadas por um incompetente chamado Major, que esse tipo de atitude, as vaias, não me afrontam, até por que sabemos da firmeza e da clareza.

O Senhor Presidente Deputado Chicão da Silveira – Senhoras e senhores que encontram-se nas galerias, podem ter certeza que ficamos felizes com as presenças de vocês nesta Casa, mas, nosso Regimento Interno não permite que vocês se manifestem com vaias ou outro tipo de manifestação que não seja o aplauso, por isso, peço a compreensão e a colaboração de vocês nesse sentido.

Excelentíssimo Senhor Deputado Ivo Som, por favor, pode continuar.

O Senhor Deputado Ivo Som continua – Continuando, gostaria de aproveitar a oportunidade, e pedir ao Major Faradilson, que traga até mim uma relação com os nomes dessas pessoas, que ele diz plantar e produzir alguma coisa lá no Passarão, já que ele diz que todos são produtores. Nós sabemos que a luta não é pela CPI e sim por terras, e todos terão terra, todos merecem ter sua terra e isso é digno e não muda a minha fala e não serão esses cartazes com cunho político, sei que foi a mando político, que me farão mudar de opinião. Ouvi o próprio Major dizer nesta Casa que nenhum Deputado se dirigiria a ele se não fosse para assinar a CPI, ele mesmo falta com respeito a esta Casa, fechando as portas proibindo os seguranças de adentrarem no Plenário, isso não me incomoda, todo mundo sabe que isso é um movimento político, todo mundo a responsabilidade que o Dr. Leocádio vai ter, não vai deixar ninguém que está produzindo sem terra, por isso, não aceito e não admito que ninguém chame essas pessoas que aqui estão de invasores, tem que respeitar todo mundo, mas que essas manifestações sejam do povo e da sociedade, e não um movimento político.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Deputado Ivo Som, o Senhor sempre se coloca na tribuna como um defensor do povo do nosso Estado, sobretudo das pessoas mais carentes, inclusive está sempre no meio do povo, posso afirmar por que o vejo assim. Agora, quanto às manifestações aqui na Casa do povo, na Assembleia Legislativa, inclusive trazendo cartazes, banners, faixas, essas manifestações são legítimas. Vi a indignação do Deputado George Melo por que tinha uma faixa pedindo que ele assinasse a CPI,

chamando-o de mentiroso e pedindo que ele assinasse a CPI ou algo neste sentido. Mas, as manifestações que são feitas nesta Casa falando do Deputado sobre o que ele assina ou não assina, não pode ser barrada, por que é uma manifestação legítima. O que não pode é o povo falar da vida pessoal de ninguém, como muitos pseudos jornalistas fazem, mas da vida pública do Parlamentar, as manifestações e atitudes que tomamos, são públicas e elas podem ser reproduzidas pelo povo. Quero dizer a Vossa Excelência

O Senhor Deputado Ivo Som continua – Obrigada deputado, quero lhe agradecer quando falou que sempre fui a favor das pessoas aqui dentro, pois aqui é a Casa do povo. E, quem é mentiroso mesmo é o Major, quando tentar cercear aqui no Plenário que parlamentares falem com os manifestantes. Eu pedi que fizessem umas alterações no requerimento para que eu pudesse assinar o pedido de instalação de CPI e não foram feitas essas alterações. O povo não pode ter o seu direito cerceado e não vai ser o Ivo Som que vai fazer isso.

Parabenizo o Deputado Brito Bezerra, pois li sua entrevista na íntegra que disse que independente da assinatura do Deputado Ivo Som, esta Casa tem 24 parlamentares e a oposição já fez o seu papel e esperamos só mais uma. Será que o Major só quer atacar somente o Ivo Som. Esse mesmo major que está trazendo gente para atacar Deputado aqui, era o mesmo que trazia gente para atingir a oposição aqui dentro, que denunciou a oposição no Ministério Público Federal. Isso mostra mais uma vez que ele não respeita ninguém.

Quero pedir a Mesa que intime o ex-Presidente do ITERAIMA para que dê explicação a esta Casa, sobre o que houve naquele órgão, porque ninguém melhor do que ele para nos dar essas respostas. Segundo, o Deputado Soldado Sampaio as denúncias são muito graves e não volto atrás do que digo, temos que tomar uma posição para saber o que houve e o que poderá haver porque o Ministério Público Federal está averiguando, a Polícia Federal, bem como a oposição. Agora, não admito que nenhum companheiro desta Casa seja atacado, tanto é que o deputado Mecias me fez uma cobrança a respeito de uma faixa que trouxeram para o Plenário e, nós descobrimos o autor das mesmas. Então, a população tem mais é que ir para as ruas, pedir, clamar e ninguém pode cercear o direito de ir e vir.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio - Deputado Ivo Som, nós temos sete assinaturas na CPI e queria deixar claro para Vossa Excelência qual é a condicionante real, pois já chamei o advogado da oposição para fazer os ajustes que Vossa excelência está pedindo para assinar a CPI, se é de apurar de 2000 para cá; se é para apurar se há grilagem de terras por parte do empresário Dori? São essas as duas condicionantes? Se forem nós alteraremos agora, para Vossa Excelência assinar essa CPI antes do término da Sessão. Fora isso, Deputado Ivo Som, eu já falei para os Deputados da oposição que não vou mais pedir para Vossa Excelência assinar, porque eu não quero lhe pressionar e ser descortês com Vossa Excelência. Eu queria saber de Vossa Excelência se assina ou não assina o pedido de CPI?

O Senhor Deputado Ivo Som continua – Deputado Soldado Sampaio, Vossa Excelência é muito inteligente, Vossa Excelência sabe o que eu falei naquele momento e das minhas condições. Já que o Senhor tocou no assunto, eu não queria falar devido a ausência do Deputado Mecias e, eu sou um homem que não gosto de falar pelas costas, mas como Vossa Excelência tocou no assunto, minha condição o Senhor já sabe, é que se faça uma CPI da reforma do prédio da Assembleia, porque segundo denúncias foi desviado mais de oito milhões do prédio da Assembleia, foi solicitado a indisponibilidade dos bens. Quando se fala em condições ninguém aceita. Então, não vou entrar no mérito, mas quero o que o Senhor faça o que me disse ou me coloque como Presidente ou como Relator da CPI do prédio da Assembleia, quando ela terminar e não estiver nenhuma denúncia, eu assino as cinco CPIs, não é só uma. Deixo o desafio, Deputado Sampaio e não trabalho sobre pressão, o Major me conhece. Eu queria convidar as pessoas que aqui estão, inclusive, o major para participarmos de um grande ato em prol de Roraima que não pode mais viver acorrentado. Esse é um desafio onde temos que tirar essa corrente que trava Roraima. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Eu quero dizer que esta Casa se sente honrada com a presença de todos, abriu as portas desde o primeiro momento. Mas, vamos pedir a todos que não interrompam o pronunciamento dos Deputados. Aqui é uma democracia e estará sempre se portas abertas para vocês, mas esse tipo de procedimento nosso Regimento Interno não permite.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, imprensa e

servidores. Venho mais uma vez a tribuna me posicionar sobre o por que não posso me calar diante dessas denúncias feitas, inclusive temos provas suficiente em mãos... esta Casa tem, o Ministério Público, e a Polícia Federal sobre grilagem de terras que ocorrem no nosso Estado. Apesar de haver outros temas relevantes para trazer a esta tribuna, mas vou voltar a bater na questão das terras. Isso é por que eu não estou indo atrás, eu passei 3 dias em Brasília fui ao Ministério dos Esportes, resolvendo questões junto a bancada Federal e Senadores, mas quando cheguei em casa havia vários documentos, e tenho recebido e encaminhado aos demais Deputados e para as autoridades, e cada dia eu fico mais assustado com o teor dos documentos que chegam em minhas mãos. Nós sabemos as condições colocadas pela lei para você ter a posse da terra, título ou uma autorização de posse, tem que ter o fim social! Tem que está ocupando esta terra antes de 2009 quando foi transferida as terras, há toda uma exigência legal é feita, eu estou com vários documentos, tanto cópias como originais. Documentos que deram entrada no dia 23 de novembro às 11 horas pedindo uma certidão de posse. Vossa Excelência acredita que no mesmo dia 23 já saiu a certidão de posse, qual é o trâmite? O cidadão requer a posse o ITERAIMA, autoriza o georeferenciamento, paga as taxas, depois é designado um técnico para ir até o local fazer a vistoria, onde vai ser constatado realmente se há comprovação se aquela pessoa está morando naquela terra, se tem finalidade social, aí sim, ele pode dá a posse. Mas as 11 horas do dia 23 deram entrada em 8 processos e no mesmo dia saiu certidão de posse dessas pessoas, isso é nada mais nada menos do que 10 mil hectares de terras. Pegue 10 mil hectares de terras e dívida entre essas pessoas que estão aqui que dá quase cem hectares de terras para cada um. Ou seja, dois pesos e duas medidas! E aí está essas pessoas acampadas aqui há mais de 15 dias. Achemos que isso já faz parte de rotina, não envergonha mas ninguém, não pressiona mai ninguém, são pais de família que estão aqui, deixando de dormir em suas casas para dormir nesse chão duro, foi criada uma Comissão nesta Casa para dá uma resposta a essas pessoas, e a resposta não pode ser diferente, se tem 10 mil hectares para dá para um grupo de pessoas que deu entrada no dia 23 às 11 horas e no mesmo dia receberam, ou seja, é muita generosidade por parte do ITERAIMA, será que ele endureceu o coração e não tem como agregar essas pessoas no espaço de terra? E digo mais, essas pessoas que estão aqui, basta a gente olhar que sente que são produtores, e estão precisando. Agora esses 10 mil hectares aqui não foi dado a nenhum agricultor. Foram para médicos, dentista, fisioterapeuta e empresas. Empresas de transporte, ônibus...a ASATUR eu não sei nem a quem pertence, mas eu queria saber qual a finalidade que a ASATUR precisa de terras de 2 mil hectares de terra, a sua gerente precisa de terra? Andei pesquisando, só um contrato que ela tem com a SESAI é de 9 milhões de reais, quem tem um contrato de 9 milhões de reais precisa de mil e quinhentos hectares de terras, e eu tenho por costume fazer as minhas pesquisas, e costume me aprofundar. Eu fui ao cartório busquei o mapa da gleba Baruana, busquei no satélite, e você não ver nenhum clarão de uma abertura, sem fazer sequer uma linha de roça de arroz, milho ou feijão. Então, é inadmissível que nós... até compreendo que a base governista não querer assinar, eu tenho visto nas redes sociais, propaganda antecipada, e eu vou entrar na justiça contra o Governador e qualquer cabo eleitoral que faça campanha antecipada, um Governador dizendo que é Senador do Estado. Um Senador defende o Estado, será que esse cidadão, com esse comportamento tem, sendo conivente com esses desmandos nas nossas terras tem condições de ser Senador pelo nosso Estado? Estou colocando a disposição dos Senhores essa documentação... empresas se apropriando de terras, dentistas do Amazonas, fisioterapeuta e médicos dizendo que tem o uso manso e pacífico dessas terras que estão sendo grilada. Eu não deveria mas me assustar com isso, mas me assusta o fato de ter dado entrada as 11 horas da manhã e mesmo dia sair a certidão de posse. Eu conheço pequenos agricultores que há anos caminham para o ITERAIMA para dá entrada no processo de Georeferenciamento e não conseguem.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ivo Som – eu gostaria que o Senhor me fornecesse os nomes dos Deputados que compõem a Comissão criada nesta Casa e se reúna com a comissão dos agricultores presentes no plenário, e eu quero fazer parte dessa reunião.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra- essa empresa que Vossa Excelência acabou de citar o nome é uma das empresas que fazem parte das poucas que ganham as licitações direcionadas no Governo do Estado, e no Governo Federal, e ainda como prêmio ainda ganham terras, são pessoas que não têm o perfil para trabalhar com agricultura.

Além de parabenizar Vossa Excelência, quero fazer uma indagação a imprensa nacional e do nosso Estado, a Folha que é um Jornal imparcial e a TV Ativa são imparciais, fora essas duas empresas, nenhuma outra emissora de rádio ou TV, até porque pertence a grupos políticos adversários, não adversários nossos, mas adversário do povo, há um grupo político que é adversário do povo do Estado, adversário do desenvolvimento, educação, produtores e de tudo que é bom para o Estado, e dono da grande rede de comunicação. não dão notoriedade, aqui estão há quase 15 dias ocupando a Assembleia Legislativa pais e mães de família lutando pela sua sobrevivência e pelo seu pedaço de chão e a imprensa não divulga! A imprensa nacional divulga a ocupação por meia hora de Câmaras Municipais nos grande centro, e aqui, a Assembleia Legislativa está sendo ocupada por 15 dias e a imprensa oficial não divulga, quem está segurando isso? Será que Roraima não é uma unidade da federação? Será que essas forças são tão fortes que alinhavam de maneira que não deixa a imprensa nacional divulgar. Eu tenho mantido contato com a revista Veja e falei das atrocidades acontecidas no Estado, mandei todos os documentos que deram causa a essa CPI para a Veja e falei que se a revista que quer que este País cresça que divulgue tudo isso, porque o nosso povo está sofrendo todos os dias e a imprensa nacional não está nem aí para o nosso povo. Muito obrigado!

Aparte concedido ao Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e senhores Deputados, Presidente Chagas, vou renunciar o meu tempo, para que o Senhor elasteça um pouco mais o tempo do Deputado Sampaio, haja vista que só vou apartear o Deputado.

Primeiro louvar Deputado, Vossa Excelência que sempre trás a tribuna matérias consistentes, pesquisadas, mostra o grau de responsabilidade que Vossa Excelência tem com essas pessoas. Mostra o compromisso Vossa Excelência tem com essas pessoas, mostra o compromisso de Vossa Excelência com interesse social deste Estado e eu queria , dizer aqui para todos que façam uma reflexão. Estamos discutindo a possibilidade de CPI, estamos discutindo terras para essa gente que quer produzir, Tancredo Neves já dizia, “onde não há trabalho, falta pão. Tem que ter o trabalho para ter o pão. Tem que ter o suor do rosto para produzir”. É o que eles querem, mas Vossa Excelência está documentado, não é conversa fiada não. Está documentado que no dia 23/11/11, um grupo de pessoas deram entrada pedindo certidão do ITERAIMA, pisme Senhor Presidente, no mesmo dia 23 de novembro mais de 10 mil hectares foram legalizados com a assinatura do Senhor Márcio Junqueira. Será que isso não merece uma investigação? Será que isso não toca os Senhores. Ainda está nas mãos do Deputado Sampaio, ASATUR, todos nós sabemos Deputado Chicão que ela é uma empresa de transporte, tem contrato milionário com o Governo, com a FUNASA, tem outros contratos a ASATUR tem aí mil e quinhentas hectares de terras , pessoa jurídica, sem nenhuma vocação para o campo. Não produz leite, melhor, arroz, não conhecemos seus proprietários e nem seu gerente, com essa capacidade e essa vocação. Portanto, são absurdos mais absurdos Deputado Gabriel que nós nos deparamos todos os dias. Já está surgindo Deputado Chicão até gente disposta a depor pela delação premiada, que sabe que errou, que cometeu crime, e quer ir lá Ministério Público fazer a delação premiada, de tão grave a situação em que chegamos.

O senhor Presidente ( Coronel Chagas) – Deputados Sampaio e Flamarion, tenho que informá-lo que o tempo já se encerrou, vou conceder mais um minuto para o Senhor posa fazer conclusão do seu pronunciamento...

Aparte concedido ao Senhor Deputado Flamarion Portela – Deputado Sampaio obrigado, mesmo eu renunciando o meu tempo, o Presidente não deu, mas isso tem que valer para todos, vamos ficar vigilantes a isso

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua. - Senhor Presidente, o Deputado Flamarion renunciou o tempo dele, seria redistribuído, seria isso na prática.

Então, Senhoras e Senhores ficou mais do que claro na minha fala, nas falas dos Deputados Flamarion e Brito que terras têm. Dos 10 mil hectares que foram dados certidão de posse, no dia 23 no qual deu entrada às 11hs da manhã, o mesmo dia já estava com a autorização, inclusive documentos foram reconhecidos depois dessa data, não sei qual foi o critério que técnico encontrou, para receber o pedido às 11 hs, ir lá no Baruana e voltar no mesmo dia, e emitir esse laudo técnico, ou seja, é muita agilidade num processo de regularização de terras. Enquanto pessoas que têm seus pedidos há anos e não conseguem, enquanto pessoas estão dormindo aqui dias e dias, tentando pleitar

meio, um hectare de terra.

Então, Senhoras e Senhores não dá para aceitar, compreendo que essa Casa já lavou as mãos, esta está se omitindo de fazer seu papel e eu entendo, não aceito, não concordo a base governista ter essa atitude, já falei que isso vai custar caro para a base governista, um processo eleitoral, mas o Governo do Estado tem por prática em dizer que o que vale é dinheiro. Então, o próprio governador está em campanha antecipada nos quatro cantos do Estado dizendo que ia ser o defensor do Estado. Eu agradeço a compreensão e coloco a disposição a documentação que chegou. Era isso, muito obrigado.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Não havendo mais nenhum Deputado inscrito para o Grande Expediente e nem matéria para a Ordem do Dia, passamos para o expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum Deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 04 de setembro, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamariom Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Natanael, Marcelo Cabral e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 04/09/2013

#### ATA DA 2235ª SESSÃO EM 04 DE SETEMBRO DE 2013.

#### 46º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA

#### ORDINÁRIA

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA

(Em exercício)

Às nove horas do dia quatro de setembro de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima trigésima quinta Sessão Ordinária do quadragésimo sexto período legislativo da Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Convido os Senhores Deputados Gabriel Picanço e Brito Bezerra para atuarem como Primeiro e Segundo Secretários ad hoc respectivamente.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário (Gabriel Picanço) – Senhor Presidente, há quorum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Brito Bezerra) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Gabriel Picanço) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

#### RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Indicação s/n /2013, de 03/09/2013, do Deputado Brito Bezerra, para criação de lei concedendo crédito presumido do ICMS aos estabelecimentos comerciais e de serviços que instalarem sistema de vigilância e monitoramento no interior e exterior de suas dependências, sendo o crédito do ICMS no valor total dos equipamentos e da instalação mediante a apresentação de nota fiscal de serviços, junto à Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, para o futuro encontro de contas até a quitação total do investimento em prol dos comerciantes e da sociedade.

#### RECEBIDO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA :

Ofício n° 104/2013, do Tribunal de Justiça de Roraima, encaminhando cópia do relatório de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Estado de Roraima, e em mídia o relatório da mesma situação em todo o Brasil para conhecimento.

#### DIVERSOS:

Ofício n° 182/2013, da Câmara Municipal de Caracarái,

agradecendo a presença dos advogados do Poder Legislativo, Dr° Alex Reis Coelho e Drª Liliâne Brígida Piaia, designados para assessorar a Câmara de Caracarái.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda a chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Gabriel Picanço) – Procede a chamada.

O Senhor Deputado Brito Bezerra - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, todos aqui presentes. Início parabenizando a força, o foco e a fê de todos esses produtores que aqui estão na Assembleia Legislativa, pleiteando o direito legítimo de produzir e sustentar as suas famílias. E, mais uma vez, faço aqui um pedido à Imprensa Nacional. Deputado Flamariom, Já vi Câmaras Municipais serem ocupadas por algumas horas nas grandes capitais, nos grandes centros e a Imprensa Nacional dar uma atenção imensa, focada nesses eventos. Aqui, esses produtores estão há mais de 15 dias ocupando a Assembleia Legislativa para buscar os seus direitos e a imprensa não deu esse enfoque necessário para que o Estado de Roraima faça realmente parte da federação. No tocante a isso, Senhor Presidente, um movimento de produtores, de empresários, e também da classe política, de todos os roraimenses, deu início a um grande protesto pela retirada da corrente da barreira da reserva indígena Waimiri/Atroari. Esse movimento, Deputado Chicão, pleiteado por empresários do ramo do setor produtivo, que Vossa Excelência representa muito bem, busca a ajuda de toda a classe política, de todos os roraimenses. Todos nós nos sentimos albergados, no sentido de que 6 horas da tarde, aquelas correntes se levantam e o Estado de Roraima fica totalmente independente dos demais Estados da federação, ferindo o direito constitucional, ferindo o Artigo 5º da nossa Constituição Federal, que é o direito de ir e vir e permanecer, de todo cidadão brasileiro. Mas nós aqui, em Roraima, não temos esse direito. Nosso relógio só tem 12 horas, porque nas outras 12 horas nós somos obrigados a nos recolher no território do Estado de Roraima, ou seja, não podemos sair sequer até o Estado do Amazonas. E isso não é só uma representatividade simbólica daquela corrente não, traz prejuízos econômicos e financeiros para a classe empresarial de nosso Estado e para todos os roraimenses. Quando se somam alguns custos aos bens ou serviços, é elevado os preços e o consumidor final é quem paga. Portanto, todos nós, brasileiros, roraimenses, somos prejudicados por conta daquela corrente na barreira do Jundiá, delimitando a área indígena Eaimiri-Atroari.

Eu quero dizer para Vossas Excelências, Senhores Deputados, que produtores de frutas, que são produtos perecíveis, têm sofrido amargos prejuízos, porque quando colhem os seus produtos, que têm que ser transportados à noite, não podem transportá-los. Tomates, frutas como maracujá, acerola, manga, enfim, produtos que são consumidos no Amazonas correm o risco de estragar. Nós temos problemas porque as barreiras não permitem que os brasileiros tenham trânsito livre, o que é assegurado por lei no território nacional. E, quero dizer para Vossas Excelências que o mais grave é não existir nenhuma lei no ordenamento jurídico do Estado do Amazonas, nem do Estado de Roraima, pois não existe na Constituição Federal nenhuma lei instituindo aquela corrente. Instituindo que nós não podemos trafegar naquela área de reserva indígena Waimiri/Atroari a partir das 6 horas. Vejam bem, a lei que existe é a Constituição, que diz: É assegurado a todo o brasileiro o direito de ir e vir e permanecer. Portanto, qualquer cidadão brasileiro pode chegar naquela corrente, retirar e passar. Isso não é passível de punição. Agora, no dia 7 de setembro, nós estaremos conversando com os parlamentares, e eu peço o apoio de todos os Deputados desta Casa, e do povo de nosso Estado, pois se alguém tiver que sofrer alguma punição, que nós, enquanto representantes do povo, soframos. Nós vamos até aquela barreira, já que não há nenhuma lei que instituiu, e nós não poderemos ser punidos. A não ser que exista uma lei que diga: É proibido passar na barreira Uaimiri/Atroari, reserva indígena, a partir das 6 horas. Então, nós vamos arrancar aquela corrente, porque ninguém é escravo para estar acorrentado. A nossa independência vai acontecer 37 anos depois de instituída aquela corrente. Vejam bem, nós já fomos pacíficos demais. Já aceitamos, sob grandes protestos, tantas irregularidades cometidas. Nós estamos agora lutando porque venderam inclusive as terras que eram de propriedade de quem trabalha, de quem luta e de quem quer sobreviver. Há 37 anos vivemos como albergados aqui em nosso Estado, sem ter o direito de ir e vir. Daqui uns dias, Deputado Chicão da Silveira, o que farão com o povo do nosso Estado se nós continuarmos

tão pacíficos. Nós somos cidadãos brasileiros, temos coragem, temos sangue nas veias e temos que reagir a tudo isso. Precisamos dignificar o nosso mandato e, em nome do povo, tomar as providências que a população quer que nós tomemos.

Portanto, eu fiz aqui, em nome de todos os Deputados, uma Moção de Apoio que vai ser entregue, Senhor Presidente, em suas mãos, para ser lida e votada. É uma Moção de Apoio àqueles que estão nessa luta, nesse movimento: Roraima Livre, Roraima sem Corrente. Que esta Casa Legislativa dê ciência aos demais poderes; ao Poder Judiciário, ao Poder Executivo Estadual e Federal, e ao Congresso Nacional, para que eles saibam que nós vamos sim, tomar as providências que o Poder Público não está tomando em nível nacional. O Exército brasileiro diz que não tem, Deputado Ionilson, nada contra as pessoas que tenham necessidade de ir e vir, de andarem à noite na reserva Waimiri/Atroari. A Polícia Rodoviária Federal diz que não há nenhuma lei.

Enfim, nós temos o Decreto nº 97837, de 16 de junho de 1989, homologando a demarcação administrativa da área indígena Wamiri/Atroari. Ele faz destaque à faixa de domínio da BR-174, que foi excluída, não fazendo parte da reserva indígena. Então, não faz parte da reserva indígena o da BR-174, que está lá dentro da reserva. Portanto, nós podemos trafegar ali sim. Aí vêm os ambientalistas dizer que não podemos porque os animais cruzam a BR à noite, mas, os ônibus podem. Perguntamos a um senhor, motorista de ônibus há mais de 20 anos, quantas vezes ele atropelou um animal ou viu algum animal à noite ali. Ele disse que tem vinte anos trafegando e só viu atropelamento de dia, mas à noite não. Então, os ambientalistas e a Funai dizem que os índios caçam e pescam à noite. Ora, quem é que vai caçar e pescar à noite. Os índios caçam e pescam de dia. Quando caçam, porque a FUNAI agora dá tudo a eles. Os índios nem caçam mais, perderam o hábito, porque não têm mais necessidade. Se, caçavam e pescavam era quando não tinham alimento; agora já têm. E outra, os indígenas não são contra a trafegabilidade na BR-174 dentro da reserva Wamiri/Atroari.

Portanto, os nossos direitos estão sendo cerceados, todos eles, o direito à terra, o direito de ir e vir, o direito à educação, à saúde, à segurança pública. Nós temos sim que trabalhar com toda a nossa energia focada no sentido de que esses direitos sejam assegurados. E a classe política tem toda motivação para isso, porque todos os dias o povo nos provoca.

Concedo um aparte ao Senhor Deputado Flamarion Portela.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputado Brito, mais uma vez eu quero louvar o pronunciamento de Vossa Excelência. Chamo a sociedade para fazer uma reflexão. Nós temos a BR-174 sul, que Vossa Excelência está se referindo, onde parte dela está integrada à reserva Wamiri/Atroari, e temos a BR-174 norte, em que parte dela também, próximo ao Surumu, está na reserva São Marcos.

O que me chama a atenção, Deputado Brito, é que nós temos a mesma BR, parte norte, parte sul, dentro de reservas indígenas, mas só uma, a parte sul, oferece interdição, periodicamente. Então, eu acho que essa questão está mal resolvida, porque é só uma convenção, não há um amparo legal, não há uma sustentação legítima para a ocorrência desse fato, simplesmente se convencionou em fechar e pronto. Concordo que a sociedade tem realmente que reagir e exigir, pois os tempos são outros. Quando isso começou, nós tínhamos uma BR sem asfalto e as pessoas não se arriscavam a trafegar à noite. Hoje, nós temos a BR asfaltada, com condições de trafegabilidade absoluta, mas, vemos cerceado o legítimo direito de ir e vir de qualquer pessoa no território nacional. E, esse trecho não pode ficar fechado por seis horas diariamente. Portanto, eu me junto a Vossa Excelência. Sei que esta Casa tem esse sentimento, sei que a sociedade quer isso resolvido. Então, esperamos que com essa união de forças e propostas consigamos efetivamente alcançar esse objetivo. Parabéns a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua – Obrigado, Deputado Flamarion Portela. Eu quero fazer um breve comentário sobre o aparte do Deputado Flamarion Portela. Ele disse que houve apenas uma convenção. Vejam bem, foi acordado entre algumas instituições que aquela corrente iria permanecer de seis da noite às seis da manhã, e que o povo brasileiro não podia passar. Isso foi convencionado por algumas instituições, pelos presidentes das instituições, pessoas que nem de carro andam, que andam de avião, vão e vem quando querem. Então, a convenção que deve valer é a convenção dos 480 mil habitantes do Estado de Roraima. Nós vamos convencionar que vamos passar lá. O que vai valer é a convenção do

povo. Não é o povo quem manda? O poder não emana do povo? Então, o povo quer passar e vai ter o direito de passar. Concedo um aparte ao Deputado Ionilson Sampaio.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Obrigado, Deputado Brito. Parabéns pelo pronunciamento. Vossa Excelência terminou essa parte do seu discurso com a frase do Camal Alnasser, que foi o responsável pela independência do Egito, “todo poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido”. Pois bem, nós estávamos, na semana passada, numa discussão no parlamento amazônico, eu, o Deputado Gabriel, o Deputado Erci de Moraes, em Palmas. E devemos ter uma reunião do parlamento amazônico, pois essa é uma questão importante que envolve os nove Estados da Amazônia Legal. Essa reunião deve ser feita agora em outubro, só está dependendo apenas de uma decisão da Mesa Diretora desta Casa. Um dos temas que nós vamos discutir aqui, em Roraima, com os Deputados do parlamento amazônico, é exatamente o fechamento da BR-174. Ninguém nunca entendeu o porquê do fechamento. Não existe um ordenamento jurídico que diga isso. Não existe uma lei que diga isso. Ninguém entende porque até hoje a BR-174 permanece fechada à noite. Sobre isso, nós discutimos em Palmas, na semana passada. E trataremos, agora, esse debate para dentro da Assembleia Legislativa. É uma oportunidade que nós temos de chamar os outros órgãos para discutirmos essa questão aqui dentro da Assembleia Legislativa, agora. Se Deus quiser, no próximo mês, pois está agendado, provavelmente entre o dia 20 e o dia 30 de outubro, aqui em Roraima, à discussão desse problema, dentre outros problemas da Amazônia. Então, esse tema vai, com certeza, ser discutido aqui. Parabéns pelo pronunciamento de Vossa Excelência.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua- Quero fazer um breve comentário sobre o aparte do Deputado Ionilson. Quem já foi a algum circo? Um dos líderes desse movimento é o ex-Secretário Eugênio Thomé. Ele fez uma comparação que eu acho válida citar aqui. Ele disse que nós, aqui em Roraima, somos como grandes elefantes de circo, ficamos numa jaula com uma corrente fina no pé e não sabemos a força que temos. Mas, podemos a qualquer momento, quebrar essa corrente e sair tomando para si, essa liberdade. O povo roraimense está assim, é uma correntinha de nada que não foi instituída por lei e até hoje não tivemos coragem de tirá-la. E, está na lei que nós temos o direito de ir e vir. Não somos esses elefantes de circos, somos leões bravos e vamos quebrar a corrente.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ivo Som – Primeiro, quero lhe agradecer pelo aparte e dizer que as pessoas que estão se manifestando no Plenário estão corretas....

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Eu queria, mais uma vez, pedir a colaboração dos manifestantes para que possamos prosseguir com os trabalhos da Sessão Plenária.

Informo aos Senhores Deputados que a Sessão Ordinária do próximo dia 05 será transferida para o dia 10, devido à realização de Audiência Pública da CPI da Telefonia para ouvir autoridades federais, estaduais, municipais e entidades ligadas ao setor, bem como a comunidade em geral.

Peço desculpas aos colegas Deputados que estavam no pronunciamento, mas infelizmente terei que encerrar a Sessão devido a essa manifestação, pois não é mais possível continuar.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael e Naldo da Loteria.**

Aprovada Ata Sucinta em: 10/09/2013

**ATA DA 2238ª SESSÃO EM 12 DE SETEMBRO DE 2013.  
46º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA  
ORDINÁRIA  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA  
SILVEIRA  
(Em exercício)**

Às nove horas do dia doze de setembro de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima trigésima oitava Sessão Ordinária do quadragésimo sexto período legislativo da Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Convido os Senhores Deputados George Melo e Brito Bezerra para atuarem como Primeiro e Segundo Secretários ad hoc respectivamente.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, há quorum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Brito Bezerra) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (George Melo) – O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

**RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:**

- Ofício nº019/2013, de 11/09/2013, do Gabinete do Deputado Flamarion Portela, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 12/09/2013.

- Ofício nº 045/2013, de 11/09/2013, do Deputado Jean Frank, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 05/09/2013.

- Requerimento s/n/2013, de 11/09/2013, da Comissão Especial Externa, criada nos Termos da Resolução nº 008/13, requerendo prorrogação de prazo para seu funcionamento, por igual período.

- Requerimento de informação 001/2013, da Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural, requerendo que seja oficiado ao Secretário de Estado da Agricultura, prestar informações públicas referentes aos anos 2012 e 2013.

**EXTERNOS:**

- Ofício nº 016/2013, de 10/09/2013, do Movimento Vem Pra Rua, solicitando uma cópia integral da Ata e Vídeo da Audiência Pública realizada dia 22 de agosto do corrente ano, conforme requerimento nº37.

- Ofício nº 017/2013, de 02/09/2013, do Movimento Vem Pra Rua, atendendo ao pedido da população dos bairros Santa Tereza e Nova Cidade, solicitando que juntamente com a Comissão da ALE competente a tratar dos assuntos de urbanização e saneamento básico, possam averiguar a situação das obras e fiscalizar.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (George Melo) – Não há nenhum orador inscrito para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Não havendo Orador inscrito para o Grande Expediente, passamos para Ordem do Dia.

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 050/13, da Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 009/12, que tem como objetivo “estudar, analisar e avaliar a dívida externa do Estado de Roraima, bem como, os créditos que o mesmo tenha a receber, e dá outras providências”, composta por vários Deputados, requerendo após ouvir o plenário, prorrogação de prazo

para seu funcionamento por igual período e do Requerimento nº 051/13 da Comissão Especial Externa, criada para investigar possíveis irregularidades ocorridas na administração do Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER, e emitir parecer com recomendações, caso sejam necessárias, composta por vários Deputados, requerendo, após ouvir o Plenário, prorrogação de prazo por igual período.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 050/13.

O Senhor Primeiro Secretário (George Melo) - Coloco em discussão o Requerimento nº 050/13.

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos para votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 051/13.

O Senhor Primeiro Secretário (George Melo) - Coloco em discussão o Requerimento nº 051/13.

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos para votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento.

Não havendo mais matéria para a pauta da Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Quero registrar a presença do Vereador de Pacaraima, Marcelo, seja bem-vindo. E, parabenizá-lo pelo excelente trabalho naquele município enquanto vereador, pois temos acompanhado o seu trabalho. Senhor Presidente, estou requerendo da Mesa que a Assembleia nomeie um grupo técnico. Composto por duas ou três pessoas, para acompanhar essa discussão do zoneamento econômico ecológico do Estado de Roraima. Pois, já estão marcadas as Audiências Públicas. Os Senhores Daniel Gianlupi e Eurico Amoras, que estão à frente da coordenação por parte do Governo, estão recebendo vários segmentos da sociedade, representantes da agricultura familiar, da pesca, do agronegócio, para provocar essa discussão que vai chegar a esta Casa. Até como uma forma de nos anteciparmos e termos uma orientação mais clara, solicito à Mesa, que através da Comissão do Meio Ambiente, indique esses técnicos e dê o apoio necessário para acompanhar a sociedade e essa comissão nas discussões que vão se dar através dessas audiências públicas. Já está acontecendo hoje uma reunião com o segmento do agronegócio. Era isso, Senhor Presidente. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Peço a Assessoria da Casa que solicite à Comissão do Meio Ambiente que indique um técnico dessa Comissão e que a Comissão de Agricultura indique outro, bem como peço aos Deputados Erci de Moraes e Aurelina Medeiros que acompanhem os fatos de perto.

Não havendo mais nenhum Deputado que queira fazer o uso do Expediente de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, encerro a Sessão, convocando outra para o dia 16, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Ângela Á. Portela, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, George Melo, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral e Soldado Sampaio.

Aprovada Ata Sucinta em: 19/09/2013



ASSEMBLEIA  
**Cidadã**

LEVANDO CIDADANIA A QUEM PRECISA

APROXIMANDO  
 O PODER LEGISLATIVO  
 DA POPULAÇÃO.

